



A mais recente panaceia apresentada pela equipe econômica do governo Bolsonaro envolve um plano para abertura do mercado de gás natural no Brasil. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, o chamado Novo Mercado de Gás pode contribuir para uma redução de 40% no preço da energia no país em cerca de dois anos. O suposto choque de energia barata, entretanto, abre mais dúvidas do que certezas e soa como mais uma das falsas promessas de uma gestão marcada por tropeços políticos e técnicos e pela dificuldade de entregar na prática aquilo que promete nos discursos.

A privatização do mercado de gás brasileiro

O gás natural é um ativo importante na transição da matriz energética por ser uma fonte mais limpa do que seus substitutos não-renováveis, além disso o Gás Natural Liquefeito (GNL) é a fonte de energia que mais cresce no mundo, a uma taxa de cerca de 7% ao ano, é cada vez maior a instalação de plantas de liquefação e de unidades de regaseificação. Entre os principais países ofertantes há uma integração cada vez maior entre produção, logística e consumo, e entre os principais países demandantes há a consolidação de uma infraestrutura cada vez mais robusta.

No Brasil, com o pré-sal, as estimativas apontam para a possibilidade de se duplicar o volume de reservas de gás natural e de se triplicar a oferta interna nos próximos anos. Além das bacias marítimas, há também promissoras bacias terrestres na região nordeste, Bacia de Tucano Sul na Bahia, e na região sudeste, Bacia Sedimentar do Paraná. A boa utilização desses recursos depende do enfrentamento de alguns desafios, tais como: os maiores custos de escoamento do gás associado do pré-sal, dada a maior distância da costa e a maior profundidade

das reservas; a necessidade de construção de novas rotas de gasodutos, dada a necessidade de internalização territorial da distribuição no mercado interno; a construção de novos terminais de recebimento e de regaseificação, bem como a integração entre o gás, o sistema elétrico e o parque industrial nacional.

Na contramão do enfrentamento dessas questões, nos últimos dois anos se tem promovido a desintegração do sistema de gasodutos do país por meio da privatização de empresas como a NTS, a NTN, a TBG e a TAG, responsáveis por parte significativa da malha dutoviária brasileira. O argumento que orienta tal política é, uma vez mais, a quebra do monopólio da Petrobras e a crença cega na concorrência como premissa para um setor que é internacionalmente oligopolizado. No entanto, a petrolífera brasileira, como empresa pública e integrada, foi a grande responsável pelos investimentos nos ativos que criaram as oportunidades que hoje estão sendo disputadas pelos players privados e internacionais do setor. Como se sabe, é fácil demandar os retornos da concorrência depois que o mercado já foi criado, difícil é assumir os riscos empresariais

quando o mercado ainda precisa ser criado. Como, no Brasil, essa tarefa quase nunca foi assumida pela iniciativa privada sem o apoio do investimento público, muitas questões em aberto pairam sobre a nova proposta do governo.

A indústria de gás funciona em rede por definição, sua expansão só pode ocorrer integrando produção, logística e consumo. A abertura do mercado vai exigir aumento de investimentos em todos os segmentos, quem vai garantir esse investimento em um ambiente de desmonte, por exemplo, da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)?

A propósito, a redução do papel da Petrobras e a entrada de múltiplos operadores vai exigir um substituto na regulação e vai retirar vantagens da empresa integrada ao mesmo tempo em que aumentará os custos sistêmicos, como isso vai impactar na qualidade e na tarifa para os consumidores?

Mais ainda, a rede de gasodutos no Brasil tem cerca de nove mil quilômetros, é bastante concentrada na costa e tem pouca densidade distributiva. Para que se possa ter um parâmetro de comparação, a

rede dutoviária da Argentina tem cerca de dezesseis mil quilômetros, a da Europa duzentos mil quilômetros e a dos Estados Unidos 497 mil quilômetros. Como será feita a ampliação e a internalização dessa rede? Considerando que os dutos troncais foram investimento da Petrobras, a empresa será ressarcida ou será onerada de pagamento de aluguel para utilizar os ativos que um dia foram de sua propriedade?

Além disso, no Brasil, os dutos de transferência são responsabilidade das distribuidoras estaduais por determinação constitucional. Como será tratada a possível inconstitucionalidade decorrente dessa abertura? É sabido que há problemas fiscais crescentes entre estados e União envolvendo a repartição da carga tributária quando o sistema se desintegra, como lidar com a instabilidade oriunda das batalhas judiciais que essa situação criará?

Se essas perguntas não forem debatidas com transparência e respondidas com clareza a nova política de gás figurará no leque das falsas promessas do governo, e quem pode entrar pelo cano não é o gás, mas o próprio país.